

A Lusofonia e o Património Imaterial da Humanidade

A maneira portuguesa de estar no mundo, em cuja definição a língua teve uma intervenção determinante, transmitindo e recebendo valores, porque a língua nem é neutra nem é imune à mestiçagem derivada dos encontros com as variadas gentes e culturas por cuja história passou.



POR ADRIANO MOREIRA

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA | PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Em coerência com a conclusão que tenho sustentado sobre a língua portuguesa – que não é nossa, também é nossa, e referindo palavras anteriores, ditas na Faculdade de Filosofia de Braga – prefiro a formulação que usei nos Congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, na década de sessenta do séc. passado. Este sincretismo de valores articulados com valores locais, que, por exemplo, tem no Brasil circunstâncias diferenciadas das que teve nos territórios africanos ou no oriente, obriga a reconhecer que *a língua não é nossa, também é nossa*.¹

Quando, em 2005 o governo de Pequim delegou no governo de Macau seguir as relações com os países da CPLP para aproveitar

a herança portuguesa, o objectivo é diplomático e económico, tal como sucede com o Japão em relação ao Brasil, o que muda radicalmente a circunstância, no interesse, no objectivo, na prioridade. Por isso, as Instituições responsáveis pela língua, como as Universidades, a Academia de Letras do Brasil, a Academia das Ciências de Lisboa, ou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, hoje instalado em Cabo Verde, e criado por Sarney para que houvesse uma instituição em que todos os Estados estivessem em pé de igualdade, possuem uma função no domínio da investigação e do ensino, que não necessita de uma maior variedade de responsáveis e competências, embora se deve apoiar a manutenção de uma instituição igualitária em toda a CPLP.

Mas o que mais se afigura necessário é que instituições do tipo do Instituto Luís de Camões disponham de recursos humanos e financeiros para cuidarem do processo de fortalecimento da língua e das suas variadas e diversificadas funções, conforme as latitudes, sendo gritante o caso de Timor. A língua portuguesa é parte do património imaterial da humanidade.

É por isso impossível aceitar a doutrinação de escolas de pensamento, como a que aparentemente segue o ilustre Fernando Henrique Cardoso, mestre da escola sociológica de S. Paulo, que confessa o “deslumbramento de descobrir facetas novas em seu espírito” (*O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, 4-8-10), no que toca à acção portuguesa, mas que “a forma como as parece aceitar” não evita acentuar que a tese da cordialidade sofre de “fragilidade factual”.

Uma atitude cientificamente respeitável, mas que apoia a interpretação no sentido de que as recentes e múltiplas viagens do Presidente Lula a diversos Estados africanos, incluindo os que são membros da CPLP, seja entendida como – “a dívida africana que Lula começou a pagar” (*Globo, Mundo em Português*, 22-8-10).

O Jornal insiste em que “temos uma dívida histórica enorme de 150 anos de escravidão e opressão”, repetindo as palavras do Director do Instituto Brasil no Centro Woodrow Wilson em Washington, Paulo Sotero, o qual acrescentou: “chegaram ao Brasil, 3,79 milhões de africanos, sendo que os historiadores estimam que apenas metade dos que deixaram África conseguiram atravessar o Oceano. É um dos grandes genocídios da história”. Nenhum destes factos é para ser negado, mas é impossível transformar a polí-





Nessas emergências encontra-se o próprio Brasil, agora crescem Angola, Moçambique, Cabo Verde, e, com maiores dificuldades, a Guiné-Bissau, S. Tomé, e o martirizado Timor



tica internacional numa teoria de peregrinações penitenciais. As mesmas deslocações do Presidente Lula a Angola, um dos 24 países africanos que visitou, foi lida em Madrid pelo Prof. Julimar da Silva (*El Pais*, Madrid, Agosto) lembrando que “África representa cerca de 6,6% de importações e 5,7% de exportações brasileiras”, e que “é um mercado importante, sobretudo pelo seu grande potencial de crescimento”.

O facto é que os Presidentes dos EUA e o seus Secretários de Estado, quando visitam as várias regiões dos seus interesses nacionais, incluindo a África, não fazem viagens penitenciais, não falam da escravatura nem da sua tremenda guerra civil, não lembram os nativos que desapareceram: falam de interesses. No caso de Gilberto Freire, que sabia que a história não se recebe a benefício de inventário, que não ignorava nada dos dramas da colonização, que sabia que não foram os europeus que levaram a escravidão à África mas foram os que lhe acrescentaram a terrível provação do transporte para terras distantes, onde os europeus, que seriam autores das futuras independências, serviram de longa mão para ali executar as políticas imperiais, aquilo de que pareceu ocupar-se foi das emergências, que fazem parte do património imaterial do Brasil, que são parte do património imaterial da Humanidade, que em grande parte são fruto da maneira portuguesa de estar no mundo, com todos os

erros que não impediram as emergências. Nessas emergências encontra-se o próprio Brasil, agora crescem Angola, Moçambique, Cabo Verde, e, com maiores dificuldades, a Guiné-Bissau, S. Tomé, e o martirizado Timor. Mas também fazem parte dessa emergência o Direito Internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a dignidade igual das etnias, o respeito pelas diferenças culturais, a troca de padrões, a miscigenação, os valores da cristandade. Naturalmente obra de estadistas, de santos, de doutrinadores, também de especuladores, de aventureiros. De Vasco da Gama, de S. Francisco Xavier, de S. João de Brito, de D. João II, do Padre António Vieira, de Sá da Bandeira, de homens do povo, e das viúvas de homens vivos que aqui asseguraram a retaguarda. Quanto aos responsáveis políticos, no Estado e nos lugares de colonização, lembrarei mais uma vez a sentença de São Thomas Morus, patrono de parlamentares e governantes: se Deus não nos reservar mais do que Justiça, ninguém se salva. ::

NOTAS

¹ Adriano Moreira, *A língua transporta valores, O direito português da língua*, in Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Boletim n.º 37, Lisboa, 2010.